



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 43 ENT.: 28 PROC. Nº:	07/01/2014

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 460/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 4/2014, de 06 de janeiro, remetido pelo Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura e Mar, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS  
ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE  
ENTRADA N.º 28  
DATA: 07/01/2014

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos  
Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Dr.ª Marina Resende

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º: ENT.: PROC. N.º:	DATA
----------------	--------------------	---	------

**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta n.º 460/XII/3ª, de 5 de dezembro de 2013 - Apanha de Bivalves.

Em resposta à Pergunta n.º 460/XII/3ª, de 5 de dezembro de 2013, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura e do Mar (MAM) de informar V. Exa. do seguinte:

**Pergunta 1 - Qual a causa para a diminuição do número de amostras analisadas?**

R: O Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA), como laboratório independente, apenas submete a sua atividade a critérios técnico-científicos validados. Os seus laboratórios para a monitorização dos moluscos bivalves, localizados em Algés, têm metodologias acreditadas pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação) segundo a norma EN ISO 17025:2005.

Um despacho conjunto dos Secretários de Estado do Mar e do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território (Despacho n.º 2227/2013, de 7 de Fevereiro - 2ª série) define um programa de ação e medidas para a melhoria e controlo da qualidade da água na Ria Formosa, porque “é necessário definir o conjunto de medidas para assegurar a proteção e melhoria constante da qualidade dessas águas por forma a otimizar a produção/captura de moluscos bivalves e aumentar a sua qualidade como produto para consumo humano”.

A monitorização é uma atividade muito exigente que requer a colheita e transporte de um elevado número de amostras em condições de refrigeração e em ambiente controlado em todas as zonas do continente em que se desenvolve, *on-shore* e *off-shore*. A componente analítica é suportada por uma infraestrutura laboratorial descentralizada com pessoal técnico especializado. Ora, apesar da redução de meios humanos e logísticos verificada em 2008, com maior incidência nos polos de Matosinhos e Olhão, a que acresceu a alteração do padrão de atividade dos produtores e a variação na posição dos bancos naturais, o IPMA nunca deixou de efetuar as análises da água, recomendadas pelos protocolos técnicos que deve cumprir.

**Pergunta 2 - Qual o n.º mínimo de amostras obrigatórias a efetuar na zona da Ria Formosa perante a legislação europeia?**

R: Na Ria Formosa, e em todas as áreas de produção de moluscos bivalves nacionais, a avaliação tem como base as espécies amostradas, a localização dos pontos de amostragem, frequência e momento de amostragem, bem como uma série temporal de três anos com um mínimo de 24 resultados distribuídos ao longo do tempo (para períodos de amostragem não inferiores a 15 dias).

**Pergunta 3 - Qual o n.º de amostras recolhidas e de análises realizadas ao longo dos últimos 3 anos?**

No caso da zona de Olhão (Ria Formosa):

Zona	A	B	C	Total
OLH1	17	8	5	30
OLH2	24	21	2	47
OLH3	30	13	6	49
OLH4	15	12	4	31
OLH5	16	8	1	25

**Pergunta 4 - Os resultados das amostras revelam em algum momento perigo para a saúde pública?**

R: As classes A, B ou C, atribuídas às diferentes zonas de produção, correspondem a níveis diferentes de risco, pelo que condicionam a forma como os moluscos bivalves são processados e consumidos. Desde que integralmente respeitadas por todos, os riscos para a saúde pública são muito minimizados. Sempre que se considera que existe perigo grave para a saúde pública a zona em questão é classificada como "Proibida".

**Pergunta 5 - A reclassificação ocorrida é resultado directo dos resultados das análises?**

R: A reclassificação realizada pelo IPMA, I.P., decorre directamente do histórico de análises de *e-coli* e da aplicação da regulamentação comunitária.

Os critérios seguidos seguem as linhas orientadoras do Laboratório Europeu de Referência para a monitorização dos moluscos bivalves. Estas têm em conta as espécies amostradas, a localização dos pontos de amostragem, a frequência e momento de amostragem, bem como uma série temporal de três anos com um mínimo de 24 resultados distribuídos ao longo do tempo (nunca em períodos inferiores a 15 dias).

**Pergunta 6 - A confirmar-se que o resultado das análises demonstra que houve deterioração da qualidade da água, representando perigo para a saúde pública, tem o Governo ideia de qual a causa desta deterioração?**

R: O referido Despacho n.º 2227/2013, de 7 de Fevereiro torna público que "elevados índices de coliformes fecais nos bivalves podem causar doenças nos seres humanos através do seu consumo como alimento sendo, deste modo, um problema para a saúde pública e não um problema, em si, para os próprios bivalves".

O documento identifica as regras de classificação das zonas de produção e estabelece um Plano de Ação que prevê, entre outras coisas: que o IPMA faça as análises de controlo e um Programa de Interdição de Apanha de Bivalves em 2013, o que aconteceu; que a APA faça um Programa de Vigilância na rede de pluviais e a reabilitação de ribeiras, o que também aconteceu; que as Câmaras Municipais garantam a "construção de novas ETAR e remodelação das existentes de forma a estabilizar os níveis de eficiência de tratamento ao longo do ano e dependência dos sistemas relativamente às condições climáticas", o que ainda não aconteceu e tem como prazo limite de execução o ano de 2016.

As variações da qualidade da água podem resultar de diversos factores: introdução de águas de escorrência por pluviosidade acentuada; presença de esgotos urbanos, agrícolas ou industriais não tratados ou tratados de forma deficiente ou incompleta; alterações da configuração geográfica das regiões estuarino-lagunares, podendo resultar numa menor taxa de renovação da água na Ria e áreas inundadas. Os dados existentes sugerem que a qualidade das águas tem vindo progressivamente a melhorar ao longo dos últimos anos em quase todas as zonas, mas tal não invalida que em locais específicos se mantenham condições que conduzam a classificações menos favoráveis.



**Pergunta 7 - Finalmente pode a atual reclassificação ser revertida? Quando e em que circunstâncias?**

O IPMA, I.P. aprovou um Plano de Ação que irá contribuir para a existência de um sistema sustentável de monitorização dos moluscos bivalves e que irá incrementar significativamente o nível de conhecimento sobre cada zona. Este plano visa, entre outros objectivos, proceder à racionalização das zonas de produção, estruturar um plano de amostragem e respectivo controlo de qualidade, reorganizar a instituição internamente para melhor a eficácia e eficiência da monitorização e colmatar as dificuldades e insuficiências sentidas nos últimos anos.

As medidas previstas no Plano de Ação começaram a ser desenvolvidas no último trimestre de 2013 e conduzirão certamente a correções ao longo de 2014, que se irão basear sempre no apoio a este importante sector de recursos vivos marinhos, numa óptica de defesa intransigente da saúde pública.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins